

[Prelecção feita perante a *Academia Internacional da Cultura Portuguesa* em 10 de Novembro de 2005, aquando da tomada de posse do autor como *Académico do Número* daquela Academia]

Versão corrigida

Exmo Senhor Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

Exmo Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

Exmo Senhor Secretário Geral da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

Estimados colegas e amigos

Senhoras e Senhores

Começo por manifestar o meu sincero reconhecimento à ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA pela decisão de me investir no cargo de “académico do número”, privilégio que implica responsabilidades a que procurarei corresponder com dedicação, na medida das minhas modestas possibilidades.

Antes de começar, não quero deixar de prestar homenagem ao espírito pioneiro e criativo do Prof. Adriano Moreira, Presidente desta Academia e inspirador da Universidade portuguesa no presente e, estou certo, nas décadas que se avizinham.

Com esta comunicação pretendo igualmente saudar o ISEG, uma Faculdade de Economia de referência no país, bem como os meus colegas, alunos e amigos com quem há muito anos tenho a felicidade de trabalhar nesta quase centenária instituição da Universidade Técnica de Lisboa que me honro de servir.

Passo agora à apresentação da comunicação intitulada “*Economia, Ética e Democracia*”.

Economia, Ética e Democracia

O pensamento económico que tem servido de justificação ao discurso das instituições internacionais está em crise.

A acumulação de predições não cumpridas, de análises fundadas numa axiomática impermeável tanto à crítica quanto ao desmentido dos factos, levou, no plano teórico a um mal estar que, provavelmente, há muito teria desacreditado qualquer ciência “dura” ou dita “exacta”.

A proliferação de hipóteses *a posteriori*, muitas delas *ad hoc*, já não esconde, como se viu na crise asiática de 1997, a dificuldade das doutrinas do chamado “*Consenso de Washington*” em encontrar explicações plausíveis para os constantes imprevistos com que a axiomática teórica se defronta.

Ora a ciência económica é uma disciplina apaixonante que mereceria mais do que ser encurralada exclusivamente na área instrumental do binómio micro-macro, num excessivo aparelho matemático e num espaço confinado onde se trata com menosprezo as ciências sociais quando não a própria história do pensamento económico.

Quanto à crise do pensamento a que fiz referência, importa deixar claro que o discurso científico não é infalível nem procura naturalmente certezas, pelo que o erro é admissível desde que, perante resultados contraditórios ou que o refutam, procure reequacionar os elementos constitutivos do paradigma donde partiu sem se refugiar em argumentos de origem relativista.

Para além das reservas formuladas por economistas prestigiados, começam a surgir novas abordagens de contestação, tanto na Europa como nos EUA. Mas é o “*Movimento Pós-Autista*” (o termo é revelador)¹, de origem americana, que mais põe em causa essa ortodoxia neoliberal cuja surdez à crítica faz com que muitos vejam nela um decalque do modelo religioso ou, nas palavras de Adriano Moreira, uma “teologia de mercado”...

Isso não significa que a subjectividade na análise científica não seja compreensível e até legítima, tanto mais que, parafraseando Pascal, *há na Razão razões*

¹ Cf. *Post-Autistic Economics in: www.peacon.net*

que a própria Razão desconhece. Contudo, se se ambiciona fazer trabalho científico, é óbvio que o esforço tem de ser concentrado nos procedimentos que permitem controlar essa subjectividade testando o modelo e submetendo-o à prova da “refutação” empírica como “critério de demarcação” que, no dizer de Popper, distingue o *científico* do *não-científico*.

É conveniente lembrar que o discurso económico não é apenas analítico, mas igualmente normativo e prescritivo. A célebre tese de J. Neville Keynes (pai de John Maynard Keynes)² segundo a qual há uma rigorosa separação entre “economia positiva” e “economia normativa”, tem sido contestada na medida em que epistemologicamente e, sobretudo, empiricamente, tal ruptura é problemática³

Importa também sublinhar desde já que o método de predição não está aqui em causa, uma vez que, como já disse, o erro faz parte do trabalho científico e é sempre admissível. O que causa problema é o discurso auto-referencial no qual a ideologia económica dominante – quer dizer, neoliberal - se refugia sistematicamente e que tem merecido, sobretudo ao FMI, justificadas críticas: se os acontecimentos não verificaram as suas teses em muitos países⁴, a culpa é quase sempre exclusivamente dos recipiendários ou das condições distorcidas em que as directivas do FMI foram aplicadas, mas nunca dos princípios teóricos que fundamentam políticas económicas fracassadas e a interpretação enviesada dos seus resultados.

Quando à exactidão das predições em economia, seria bem difícil equipará-las a “leis” da Física, mesmo quando elas são preferidas por autoridades como Milton Friedman, prémio Nobel, considerado por alguns como o “papa” do liberalismo monetarista, o qual dizia em Outubro de 1995⁵, numa entrevista à revista francesa *L'Express*, intitulada: “*Europeus: vocês enganam-se*”, cito: a “*União Monetária europeia só seria viável no quadro duma nação europeia*”⁶. Mais tarde, em 27 de Agosto

² John Neville Keynes, *The Scope and Method of Political Economy*, , Londres, MacMillan, 1930.

³ O manual de Lipsey intitulado *Economia Positiva* expressa – provavelmente involuntariamente - a pretensão ao estatuto discutível da Economia como “ciência dura”...

⁴ Vd. Eventualmente José Francisco Pavia, *Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*, Lisboa, Vega, 2000; Uma S. Kambhampati, *Development and the Developing World*, Cambridge, Polity Press, 2004.

⁵ Cf. “Européens, vous vous trompez”, entrevista de Milton Friedman à revista *L'Express* (Paris) de 26 de Outubro de 1995, pp. 44-46.

⁶ Reproduzida em <http://pwp.netcabo.pt/adelino.torres>

de 2001 confiava ao jornal italiano *Corriere della Sera* que o euro era um grande erro porque, em vez de provocar um sistema político unificado poderia criar “turbulências”⁷. Estas afirmações ainda estão por provar.

É indispensável não perder de vista o que Jacques Sapir chama “*realismo metodológico*”, que importa não confundir com “*empirismo*” stricto sensu na medida em que começa por supor que o real não é uma simples soma das nossas percepções. Nele a delimitação do objecto não pode decorrer da experiência imediata e nenhuma teoria se pode “deduzir” da experiência prática como as aporias do positivismo afirmam ainda.

Por isso se opõe à maneira como a abstracção é utilizada pela teoria económica neoliberal em relação ao trabalho de campo. Contrariamente ao modelizador neoclássico que pretende utilizar o inquérito como verificação *a posteriori* do modelo pré-concebido, o realismo metodológico concebe o inquérito como um momento prévio onde a relação ao real – este construído teoricamente – se testa para permitir um aprofundamento do trabalho de abstracção⁸.

No quadro da ortodoxia que caracteriza as políticas económicas mundiais decorrentes da aplicação do “*Consenso de Washington*”, podemos notar que o “*main stream*” se considera como um conjunto indissociável de exigências lógicas, teóricas e práticas, ignorando o risco de se transformar numa simples apologia da ordem existente como tantas vezes já aconteceu..

Uma tal ambição só é praticável como um jogo formal caracterizado pelo irrealismo das hipóteses de base, como aliás o próprio Milton Friedman o defendeu no seu, ainda hoje, controverso artigo de conteúdo instrumentalista em 1953⁹. O problema é que se a teoria não tem que se embaraçar com o realismo das hipóteses, nesse caso «*tudo se passa como se...*».

Porém isso leva a um paradoxo: se a teoria conta uma história, e essa história é (como diz Milton Friedman) tanto melhor quanto mais falsa, por essa ordem de ideias podemos acabar por chegar ao absurdo de afirmar que se a economia é uma ciência, nesse

⁷ Cf. www.lexpansion.com/Pages/PrintArticle.asp?ArticleId=53816

⁸ Cf. Jacques Sapir, *Quelle économie pour le XXIe siècle ?*, Paris, Odile Jacob, 2005.

⁹ “Essay on the Methodology of Positive Economics” in: Milton Friedman, *Essays in Positive Economics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1953, pp. 3-43

caso é, literalmente, uma ciência-ficção¹⁰, o que à primeira vista me parece inquietante.... Ao menos Paul Samuelson sempre sustentou que toda a proposição teórica deve ser fundada nas realidades empíricas verificadas!¹¹

Esse jogo formalista só pode ter dois resultados.

No primeiro, ele é um instrumento para tratar teoremas que só têm sentido num espaço imaginário sem grandes consequências, salvo para a carreira académica dos seus autores.

No segundo caso, a realidade torna-se num objecto a transformar, não com base em falhas constatadas mas a partir de uma norma imaginária delineada por um sujeito onisciente que é o economista e pelo estatuto ontológico que o economista atribui ao agente económico individual na perspectiva do “*individualismo metodológico*”.

Este favorece a tirania do *homo oeconomicus* e permite uma espécie de deriva religiosa ou teológica que pode abrir a porta à intolerância, primeiro no plano científico e, depois, ao nível democrático, na medida em que as decisões em política económica têm necessariamente efeitos na vida dos cidadãos.

A implementação pelo FMI dos planos de ajustamento estrutural em África nos últimos 20 anos é disso uma ilustração lamentável, não tanto porque os esses programas fossem desnecessários, mas pelo modo parcelar e dogmático como foram aplicados.

Todavia, apesar das interpretações diferentes que manifestam por vezes, há uma ideia fixa que os neoliberais partilham:

Que os outros, os economistas heterodoxos que se interessam pelas economias reais, que acreditam que a análise económica não se reduz a uma axiomática nem se isola das outras ciências sociais, que tentam formular hipóteses que integrem uma concepção realista do mundo na sua diversidade e complexidade, não são economistas. Quando muito são “empiristas” ou “sociólogos”. A ortodoxia traduz dessa maneira a sua fixação obcecada pela formalização matemática como único critério de cientificidade.

Importa esclarecer, neste ponto particular, que a matemática é importante – e mesmo um precioso auxiliar - e que não se trata de modo algum de recusar a sua utilização pela economia. Trata-se sim de criticar a subordinação da economia à

¹⁰ Vd. Alain Leroux et Alain Marciano, *La philosophie Économique*, Paris, PUF, 1999 : 102.

¹¹ In: Paul Samuelson, *Fundamentos da análise económica* (1947)

matemática. Com efeito, como escreveram Leroux e Marciano no seu livro *A filosofia económica* “*painéis inteiros da produção económica contemporânea alimentam-se demasiadas vezes de problemas, enigmas ou paradoxos implicitamente inspirados pelo instrumento matemático utilizado e explicitamente estrangeiro a qualquer objecto económico claramente identificado*” onde o economista copia “*as formas tomadas pelo discurso do físico sem se interrogar sobre as diferenças essenciais dos seus saberes respectivos*”¹².

O número crescente de engenheiros que fazem doutoramentos em economia nos EUA é, salvo honrosas excepções, um dos sinais dessa orientação que poderá levar à destruição da Economia Política ou ao seu abandono pelos estudantes, como já começa a verificar-se em vários países europeus. Para resumir, julgo indispensável sublinhar de novo: a matemática é bem vinda, mas deve ser um instrumento da economia e não o inverso...

Não se pense que esta posição é apenas dos economistas heterodoxos. A citação de quatro insuspeitos prémios Nobel ilustra esse mal-estar: **Milton Friedman** reconhece que “*de maneira crescente, a economia transformou-se num obscuro ramo da matemática em vez de tratar os problemas económicos reais*”. **Joseph Stiglitz** refere que “*a economia ensinada nas faculdades americanas demonstra o triunfo da ideologia sobre a ciência*”. **Ronald Coase** admite que “*economia actual é um sistema teórico (quer dizer matemático) que flutua no ar e que tem pouca relação com o mundo real*”. **Douglass North** admite que “*vivemos num mundo de incerteza e de mudança evoluindo para novos caminhos. As teorias standard (quer dizer neoclássicas) são de pouca ajuda nesse contexto. A tentativa para compreender as mudanças económicas, políticas e sociais exige uma remodelação fundamental na maneira de pensar*”. Podem ser encontradas frases semelhantes em Leontief, Söderbaum, Mark Blaug, Amartya Sen, etc.¹³

É igualmente criticável que as ciências económicas e os seus manuais se ocupem muito mais dos problemas da produção do que da repartição que não deveria ser menos importante. Essa preferência funciona como uma legitimação de uma construção

¹² Cf. Leroux et Marciano, *Opus cit.*, pp. 112-113.

¹³ Cf. *Post-Autistic Economics* in: www.peacon.net

particular que põe entre parênteses a embaraçosa questão social... Estamos mais uma vez não só perante um problema científico mas também face a uma questão de ética científica. Como afirma Amartya Sen, “a economia moderna ficou consideravelmente empobrecida pela distância que afastou a economia da ética” tanto é verdade que a “ciência económica poderia ser mais fecunda se se interessasse mais explicitamente pelas considerações éticas que modelam o comportamento humano”¹⁴. É por isso, prossegue Amartya Sen, que “uma das principais deficiências da teoria económica contemporânea reside precisamente em ter estreitado a visão muito larga que Adam Smith tinha dos seres humanos”¹⁵.

O que Amartya Sen não diz e a que raramente se atenta, é que os neoliberais não são filhos de Adam Smith mas seus enteados. O seu verdadeiro pai é Bernard de Mandeville autor da *Fábula das Abelhas* e da famosa tese segundo a qual os “vícios privados fazem a riqueza pública”.

A retórica oficial e dos economistas *standard* faz por vezes referência à *Riqueza das Nações* de Adam Smith. Mas isso apenas esconde o desconhecimento da *Teoria dos Sentimentos Morais* do mesmo autor, obra que o próprio Adam Smith considerava mais importante do que a primeira, e sem a qual é assaz difícil compreender o pensamento deste grande clássico da Economia Política, ainda que a ligação entre os dois livros não esteja isenta de contradições¹⁶

Isso talvez ajude a explicar, como diz Serge Latouche, porque é que vivemos numa época de “omni-mercadorização do mundo. Não somente a economia se emancipou da moral, mas digeriu-a literalmente”¹⁷.

De facto, hoje em dia “as palavras só servem para vender”...

Por outro lado, a predominância da abordagem positivista de “leis” adquiridas de uma vez por todas, onde o pensamento crítico está ausente, leva os nossos estudantes a esquecer que é muito mais fundamental não perder de vista o “como” e o “porquê” na necessária complementaridade entre a dimensão empírica e a abstracção teórica

¹⁴ Cf. Amartya Sen, *On Ethics and Economics* (1987), trad. fr., *Ethique et Economie*, Paris, PUF, 1991, pp. 11-12.

¹⁵ Cf. Amartya Sen, *ibid.*, p. 29.

¹⁶ Vd. Serge Latouche, *L'invention de l'économie*, Paris, Albin Michel, 2005.

¹⁷ Cf. Serge Latouche, *Opus cit.*, 2005, p. 226.

consideradas como duas faces da mesma moeda. O que é criticável na teoria neoliberal não é o seu grau de abstracção mas o contestável uso que dela é feito em detrimento de outras abordagens que não são menos científicas. É esquecer que o objectivo da educação universitária é, mais ainda do que “reproduzir conhecimento”, assumir a tarefa de “produzir pensamento” e fazê-lo não numa óptica exclusivamente abstracta, mas na sua articulação “teoria-prática”..

Como escreveram há 40 anos Berger e Luckman, as “*formulações teóricas não esgotam o real e o facto de exagerar a importância do pensamento teórico na sociedade e na história é um erro inerente aos teóricos*”¹⁸.

Por isso, uma história intelectual à força de *pureza científica* arrisca-se a ficar autista.

Estas considerações gerais e metodológicas levam-nos a abordar muito rapidamente alguns acontecimentos que as ilustram.

Em 1971 o Presidente Richard Nixon dizia: “*Agora somos todos keynesianos*”. Hoje, os dirigentes políticos, incluindo europeus, poderiam dizer: “*hoje somos todos neoliberais*”.

No entanto o neoliberalismo dá mostras de esgotamento apesar do editorial entusiasta e algo pretensioso da revista *The Economist* deste mês de Novembro 2005.

Da *Economia da Oferta* às *antecipações de agentes supostos perfeitamente racionais*, o mínimo que se pode dizer é que a realidade dos factos não raro contradiz brilhantes hipóteses teóricas.

Uma coisa é certa: quase todos os autores neoliberais partilham o mesmo campo semântico e convergem nas opções ideológicas que, em muitos casos, se transformaram numa vulgata grosseira: a mesma fé excessiva e quase religiosa nas virtudes do mercado e o mesmo horror em relação ao Estado, sobretudo ao “Estado Providência” (que confundem com o “Estado Assistência”).

Subjacentes à globalização dos mercados estão, no pensamento destes autores, a afirmação de uma ordem mundial espontânea, a crença numa “mão invisível” e suas

¹⁸ Cf. Peter Berger e Thomas Luckman, *The Social Construction of Reality* (1966). Desta obra foi publicada uma tradução portuguesa: *A construção social da realidade*, Lisboa, Dinalivro, 2ª ed. 2004.

consequências “libertarianas”, o livre câmbio total, a concorrência absoluta, a flexibilidade sem limites dos salários, o Estado mínimo, a supressão das vantagens sociais conseguidas desde o início do século XX bem como a rentabilização financeira e imediata de tudo, incluindo da saúde e da educação.

Em doses moderadas e negociadas caso a caso segundo as conjunturas, muitas dessas ideias podem ser toleráveis. Como discurso unívoco e autoritário ou, para usar a expressão mais vulgar, como “*pensamento único*”, quer dizer uma autoridade que busca justificação na ciência e numa pretensa concordância entre os interesses particulares e uma “*ordem social natural*”, tais projectos já pouco têm a ver com os dos fundadores do liberalismo, de Adam Smith a Walras sempre evocados mas pouco lidos... Parece ter-se perdido de vista, que, como alguém disse, “*a vida só vale a pena enquanto a moeda for incapaz de dizer o seu preço*”¹⁹ ...

Na verdade muitos destes intelectuais são, no fundo, também militantes que usam, acredito que de boa fé, a retórica de um paradigma frequentemente redutor que paira acima da História e, com grande reforço da matemática, profere num tom peremptório um discurso musculado através de um exército de *think tanks*.

É sempre útil lembrar que foi assim que o Chile de Pinochet serviu de laboratório aos “*Chicago boys*” para os quais a *ética* e a *democracia* não entravam certamente em linha de conta nessa “*experimentação*”. Quando o conceito de “*eficácia*” estrangulou por essa ocasião o de “*equidade*”, ficou uma nódoa indelével na história de uma disciplina que merecia melhor...

A ética é indispensável à ciência e não tolhe o seu desenvolvimento, tal como o juramento de Hipócrates na medicina não é incompatível com o progresso nesta última...

É certo que não convém atribuir às ideias mais poder do que elas realmente têm. Para citar Gilles Dostaler: “*a influência das ideias resulta delas chegarem no bom momento e no contexto adequado*”. Realmente, não foram só as ideias mas uma série de acontecimentos que na década de 70 favoreceram a eclosão das teses neoliberais: a queda do sistema de câmbios fixos e a inconvertibilidade do dólar em relação ao ouro; a explosão dos movimentos de capitais depois do 1º choque petrolífero; o aparecimento da

¹⁹ Serge Latouche, *op. cit.* 2005, p. 227.

estagflação que pôs a teoria keynesiana em causa; o crescimento dos défices e dívidas dos Estados, etc.

A questão que se colocava (e que permanece de actualidade) resume-se em duas interrogações: Como pensar esse novo contexto? Como rever as modalidades da intervenção pública?

Perante elas os neoliberais propuseram respostas cheias de auto-confiança que, infelizmente, a experiência destes últimos 20 anos não confirmou.

Com efeito, não poucas vezes os factos vieram desmentir teses dogmaticamente pré-estabelecidas. Por exemplo:

- quando a Malásia reintroduziu em Setembro 1998 o controlo de câmbios, os neoliberais anunciaram uma catástrofe inevitável. Em 1999 tiveram finalmente que reconhecer que essa política tinha evitado à Malásia a triste sorte da Indonésia;

- quando, na primavera de 1998, eram evidentes os sinais de retoma da economia da Rússia, nessa altura o FMI não hesitou em anunciar uma queda do PIB de 7 %. O resultado final foi um crescimento de 5,3 %. Um erro de mais de 12 %! Jacques Sapir, a esse propósito, no seu livro *Os economistas contra a democracia*²⁰ disse que os economistas neoliberais tomam liberdades inquietantes com a realidade. Acrescentemos que, no caso da Rússia, essas “liberdades” ultrapassaram o limite da decência...

Mais ainda: os próprios responsáveis políticos nem sempre lêem da mesma maneira os manuais dos seus mestres. Durante os anos 80 o Presidente Reagan defendia a diminuição do papel do Estado ao mesmo tempo que esse Estado dava origem ao maior défice público de que há memória através de investimentos no sector militar. O mesmo se passou depois do 11 de Setembro 2001 com o apoio que o Presidente Bush deu às companhias de aviação e a outros sectores, sem falar dos subsídios estatais aos agricultores e do protecçionismo que implica grande prejuízo dos PED. Em síntese, o modelo neoliberal é substituído sempre que é preciso por uma espécie de relançamento keynesiano que não ousa confessar-se, ou por um protecçionismo brutal se necessário...

Dito de outro modo, os EUA são grandes advogados do programa neoliberal quando se aplica aos outros, mas muito mais “keynesianos” quando se trata da sua própria economia.

²⁰ Jacques Sapir, *Les économistes contre la démocratie*, Paris, Albin Michel, 2002.

A União Europeia, preocupada em copiar mimeticamente não os EUA mas a imagem embaciada que deles tem, debate-se igualmente com dilemas e contradições.

É certo que a Europa é, por tradição histórica, refractária aos pressupostos neoliberais, mas não deixou de elevar precipitadamente à *categoria de princípio institucional* uma “*livre concorrência*” de contornos ainda mal definidos. Por não ter um governo económico digno desse nome, que seja capaz de tomar decisões em nome da Europa, mantém um vazio político que explica a incapacidade de ultrapassar o programa neoliberal.

O mais curioso é que, enquanto a Europa hesita ainda, a zona euro continua prisioneira das receitas monetaristas e assiste-se ao mesmo tempo a uma guerra de trincheiras entre partidários da desregulação do mercado de trabalho (eufemisticamente chamado “*flexibilização do trabalho*”) e os defensores de medidas sociais que, embora em sentido diferente, não são menos problemáticas.

Enquanto a União Europeia está assim entretida e os EUA sonham talvez com futuras tarifas sobre as importações, o liberalismo selvagem – e com ele o neoliberalismo *tout court* - iniciou já um refluxo e dá a pouco e pouco lugar a políticas de regulação, de que o recente episódio dos têxteis chineses foi apenas um sinal. Falta saber até onde irá e que conteúdo terá o que parece ser uma nova vaga de fundo que se aproxima...

Em suma, e para terminar esta rápida exposição, o programa da meta-teoria neoliberal, após 25 anos de dominação, incapaz de resolver os problemas que ajudou a criar, parece estar a esgotar-se por várias razões²¹:

1. Levou a um recuo do Estado produtor, mas não consegue pensar novas relações entre esse Estado e os outros agentes económicos;
2. Precipitou a liberalização financeira, mas não tem respostas para a instabilidade que esta desencadeou. A finança mundializada transformou-se numa zona de não-governança internacional de que os paraísos fiscais constituem um exemplo degradante.
3. O neoliberalismo favoreceu o alargamento da concorrência a um número crescente de mercados, mas não previu a irrupção de gigantes como a China e a Índia;

²¹ Cf. Sandra Moatti in *Alternatives Economiques* (Paris)nº 241, Novembro 2005, pp. 54-56.

4. Encorajou a corrida ao lucro sem critérios nem sã racionalidade, negligenciando os perigos ambientais e a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais como se verifica com a energia;
5. Proclamou a necessidade de crescimento, mas continua sem nenhuma estratégia credível para suprimir a pobreza que aflige 2/3 da humanidade;

Todos estes elementos levam alguns autores a dizer ironicamente que a “mundialização neoliberal tornou obsoletas as receitas do neoliberalismo”.

Em conclusão:

Tentei esboçar algumas ideias, embora muito sucintamente, segundo as quais a ciência económica, sem prejuízo de métodos diversos que as circunstâncias justifiquem, é inseparável da ética tendo como pano de fundo as questões sociais e políticas que só podem ser equacionadas num horizonte de incerteza, sem esquecer que não se trata apenas de instrumentos (metodologia económica) mas igualmente de pensamento produzido (epistemologia da economia).

A ciência económica, ou melhor a *Economia Política* como prefiro chamar-lhe, é uma ciência social de imensa importância e cujo estudo pode dar não só grande satisfação intelectual mas também gerar frutos que beneficiam os cidadãos..

Mas isso pressupõe que a Economia, como qualquer outra ciência, tenha como principal justificação tanto o legítimo interesse privado como o bem público, o que, em última análise, implica um contexto democrático.

Foi por essa razão que escolhi como título desta prelecção “*Economia, ética e democracia*”, três conceitos que deveriam ser indissociáveis para que a ciência se justifique e a sociedade progrida.

Muito obrigado.

ADELINO TORRES